

## PERAMBULANDO PELAS RUAS: UMA REFLEXÃO SOBRE A (IN)VISIBILIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM MARACANAÚ

Régia Maria Prado Pinto<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de expor a reflexão sobre a população em situação de rua em Maracanaú, cidade esta, repleta pelas diversas expressões das desigualdades sociais advindas de um modelo de crescimento industrial predatório e desigual. Apesar da população em situação de rua ser tratada como (in)visível, paradoxalmente, compõe a paisagem da cidade. Além disso, este segmento não tem acesso aos bens produtivos do complexo industrial existente na cidade, bem como aos demais serviços públicos que atendam às necessidades básicas de saúde, assistência social, educação, alimentação, segurança e moradia, contribuindo para a sua (in)visibilidade na cidade.

**Palavras-chave:** População em situação de rua. Cidade. Direitos sociais.

### 1 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A população em situação de rua é uma das expressões da desigualdade social, fruto das contradições inerentes à sociedade capitalista, alicerçada na relação entre capital e trabalho. É incontestável que o fenômeno da população em estudo tem como pano de fundo a situação de pobreza que marca indelevelmente o cenário das ruas das cidades urbanas em todo país.

O fenômeno da população de rua remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais dos séculos XIV e XV, na Europa Ocidental. Nesse período, os camponeses e produtores rurais foram expulsos das suas terras e obrigados a venderem sua força de trabalho nas fábricas, tornando-se assalariados. Aqueles que não eram absorvidos pelas fábricas através da venda da força de trabalho,

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos Sociais Aplicados – Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) – Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Fortaleza – Ceará – Brasil – e-mail:regiapradop@gmail.com.

tornavam-se mendigos, pedintes, ladrões e vagabundos que ficavam perambulando nas ruas. Portanto, é nesse contexto que surge a população de rua.

Vale ressaltar que nas sociedades pré-capitalistas realizavam-se ações de caridade e filantropia, marcadas pelo controle excessivo aos pobres, com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem. Para alguns autores, como Elaine Behring, essas ações foram as primeiras protoformas das políticas sociais.

Nessa perspectiva, na Europa foram criadas diversas legislações de cunho coercitivo e repressivo, tais como o Estatuto do Trabalhador (1939), o Estatuto dos Artesãos (1953) e a Lei dos Pobres (1834), dentre outras. Segundo Castel, tais legislações tinham como marca impor aos pobres a aceitação de qualquer tipo de trabalho, regulando os míseros salários e proibindo a mendicância dos pobres considerados aptos ao trabalho.

Em fins do século XVIII e início do XIX, o processo produtivo crescia de forma frenética, devido ao incremento de grandes inovações, como a máquina a vapor e o tear mecânico. As transformações advindas da Revolução Industrial traziam mudanças para sociedade polarizada radicalmente em duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. As novas relações sociais imputadas pelo Capitalismo interpelavam a totalidade da vida social, tanto no modo de produção como o da reprodução da vida material. Esse período foi marcado pelo aumento exponencial da classe operária, introduzindo uma nova geografia nos centros urbanos, estampando visivelmente a pobreza como uma das expressões da questão social.

No Brasil, é nos marcos do padrão de desenvolvimento taylorista-fordista, a partir das décadas de 1930 e 1940, que o Estado assume o desenvolvimento industrial através de recursos públicos e sob a dependência econômica do capital estrangeiro. Nesse sentido, as cidades brasileiras cresceram sob a égide de um modelo de desenvolvimento urbano predatório, perverso e desigual adotado pelo país há muitas décadas.

No Brasil, a industrialização tem raízes no modelo de modernização conservadora excludente, marcado por uma urbanização que incorporou o processo migratório do campo para a cidade, contribuindo para a sua expansão desordenada, anunciando as diversas expressões da pobreza, a exemplo do fenômeno população em situação de rua.

Na Contemporaneidade, vivenciamos o agravamento da questão social face às constantes mudanças do Modo de Produção Capitalista, que contribuiu para que indivíduos e/ou famílias buscassem as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência nas cidades.

O Capitalismo contemporâneo tem contribuído para uma crescente distância entre ricos e pobres, criando um verdadeiro “*apartheid* social”, com a proliferação de condomínios fechados, milícias privadas, altos investimentos em segurança privada. As cidades vivem em constante sensação de pavor e insegurança. A *questão social* é a própria expressão da pobreza, da miséria e da barbárie.

As cidades brasileiras se constituem como possibilidade de acesso ao mercado de trabalho, porém, muito, além disso, em verdade, o que se vislumbra é a redução de postos de trabalho, contribuindo para o exército industrial de reserva, sendo, assim, reflexos do modelo desordenado de desenvolvimento urbano, sob as orientações neoliberais. Dessa forma, é cada vez mais expressiva a presença de indivíduos e/ou famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência nas cidades, uma vez que, para a Política Nacional para População em Situação de Rua, estas pessoas se caracterizam através de um

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Decreto nº 7.053/2009, art.1º, Parágrafo Único).

Maracanaú não é diferente do cenário das demais cidades brasileiras, permeada pelas contradições sociais geradas pela implantação de um modelo de industrialização comum às demais cidades do país, as quais têm como base econômica um sistema industrial predatório e desumano, como discutiremos no tópico seguinte.

## 2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A RELAÇÃO COM A CIDADE DE MARACANAÚ

A palavra 'Maracanaú' significa, em tupi, 'lagoa onde as maracanãs bebem', tendo o município recebido esse nome devido à existência de grande quantidade de aves que sobrevoavam suas lagoas. A cidade se localiza no Estado do Ceará, situado no Nordeste do Brasil, fazendo parte da Região Metropolitana do município de Fortaleza, distando uns 20 km deste último.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010), Maracanaú possui a terceira maior população do Estado do Ceará, com 209.057 habitantes, ocupando 111,33 km<sup>2</sup>, com o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 2.196.620.000,00 (IBGE/2005) e Produto Interno Bruto *per capita* de R\$ 11.330,00 (IBGE/2005). Vale ressaltar que Maracanaú possui ainda a segunda maior arrecadação de tributos e impostos sobre circulação de serviços do Ceará, ficando apenas atrás de Fortaleza. Em função disso, a economia da cidade é também impulsionada por uma concentração de atividades comerciais e de serviços, tais como bancos, supermercados, lojas e *shoppings*, além de um mercado informal extremamente ativo no centro da cidade.

Nos anos de 1970, Maracanaú sofreu uma grande transformação, quando escolhida para sediar o Distrito Industrial de Fortaleza. A cidade destaca-se por esse complexo industrial, construído no contexto da política de desenvolvimento industrial no Ceará, implantada pelo governador Virgílio Távora. Atualmente, conta com mais de 135 indústrias, numa área de 1.100 hectares, em diversos campos de atuação, tais como têxtil, metalurgia, mecânica, papel e papelão, material elétrico, químico, dentre outros, gerando mais de quinze mil empregos diretos. Em função disso, a cidade desenvolveu uma grande concentração de atividades comerciais e de serviços.

O processo de industrialização de Maracanaú possui raízes no modelo de urbanização desordenado, aliado à migração de pessoas de diversas partes do estado do Ceará em busca de inserção nas indústrias, contexto esse em que as desigualdades sociais afloram, sendo a pobreza uma das expressões da questão

social. Esse período foi marcado pelo o aumento exponencial de trabalhadores/as nos arredores das indústrias alocadas no município, formando um aglomerado de bairros, que introduziu uma nova geografia na cidade, estampando visivelmente uma situação de pobreza da classe trabalhadora. O Distrito Industrial se constitui como uma das estratégias de acesso ao mercado de trabalho, sendo recorrente no município homens e mulheres advindas de outras cidades na busca de emprego e de melhores condições de vida.

As profundas transformações advindas da reestruturação produtiva nas últimas duas décadas com o intuito de atender o mercado extremamente competitivo e moderno e de garantirem os seus lucros foram adotadas várias medidas no processo organizativo da produção. O processo de produção foi impulsionado pelas grandes inovações tecnológicas baseada na robótica e informatização no interior das fábricas. Esse processo repercutiu no aprofundamento do desemprego, bem como uma parcela da população sem emprego nas fábricas existentes. Nesse contexto, tornou-se cada vez mais presente as expressões da questão social, sendo o fenômeno da população em situação de rua um deles.

As desigualdades sociais em Maracanaú se expressam também através dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, no qual 73,7% da população encontra-se nesta base, o que demonstra um acentuado grau de desigualdade social existente no município, pois há um número significativo de famílias que declaram renda *per capita* de meio salário mínimo (R\$ 339,00).

Maracanaú não participou da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua<sup>2</sup>. Portanto, não possuímos um quantitativo oficial, nem a caracterização da População em Situação de Rua em Maracanaú, fato esse que demonstra uma suposta (in)visibilidade desta população para a sociedade e para o poder público. A ausência dessa caracterização contribui significativamente para a invisibilidade da População em Situação de Rua em Maracanaú, bem como impõem barreiras ao acesso aos direitos sociais e não reconhecimento deste segmento como cidadão/cidadã da cidade.

---

<sup>2</sup>A Pesquisa Nacional sobre População de Rua foi realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, entre agosto de 2007 e março de 2009, em 23 capitais brasileiras, independentemente do seu porte populacional, e em 48 municípios com mais de 300 mil habitantes. Algumas capitais ficaram de fora, como São Paulo, Belo Horizonte e Recife, que já haviam realizado em anos recentes, e Porto Alegre, que, no entanto, já realizou, por iniciativa do próprio município.

Assim, a produção e reprodução do fenômeno da população de rua em Maracanaú vincula-se ao processo de urbanização e industrialização, como uma das expressões da pobreza inerente à produção da riqueza no Capitalismo.

Portanto, constatamos em Maracanaú, homens e mulheres usando a rua como espaço de moradia e/ou sobrevivência, compondo a paisagem nas praças, no jardim do Hospital Municipal, nos postos de combustíveis, terrenos e prédios abandonados, vivenciando diversas formas de violação de direitos, como a fome, o frio, o calor, o preconceito, a discriminação, a intolerância, a indiferença, a violência física e moral. Ademais, a população em situação de rua vivencia dificuldades no acesso aos serviços públicos que atendam às necessidades básicas de saúde, assistência social, educação, alimentação, trabalho e renda, segurança e moradia.

A “escolha” do local das pessoas em situação de rua na cidade é determinada a partir das necessidades de cada um, como a proximidade de acesso ao trabalho ou renda, tudo visando à sobrevivência; espaços que garantam um mínimo de segurança e acesso aos estabelecimentos que possibilitem a higiene pessoal e ofertem donativos.

A questão da população em situação de rua deve também ser compreendida em suas múltiplas determinações, ou seja, há uma multiplicidade de fatores que conduzem a essa situação, incluindo os estruturais, como ausência de moradia e inexistência de trabalho e renda, perda de bens materiais, infortúnios pessoais, uso de álcool e outras drogas, transtornos mentais, analfabetismo, perda de vínculos familiares e outras motivações, visto que

o fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se processam a partir do eixo capital/trabalho. E como tal, é expressão incontestada da questão social. Essas desigualdades sociais foram aprofundadas na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, oriundas principalmente da reestruturação produtiva, da reorientação do papel do estado e da supervalorização do capital financeiro sobre o capital produtivo (SILVA, 2009, p.115).

Vale ressaltar que o fenômeno da população em situação de rua é recente nas produções teóricas, sendo apenas nos últimos anos que essa discussão adentrou nas agendas políticas dos Governos, nas três esferas e, em especial, do

Governo Federal. Nesse sentido, a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR)<sup>3</sup> foi instituída em 2009, mas apenas no ano em 2012 é que Maracanaú foi contemplado com o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

Assim, no tópico seguinte, discutiremos a Política Municipal da População em Situação de Rua como estratégia do direito à cidade por esse segmento, através do acesso universal aos serviços, na distribuição democrática dos bens produzidos e possibilidade de construção de novos projetos de vida.

### **3 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O CENTRO POP: DA (IN)VISIBILIDADE AO DIREITO À CIDADE**

Apesar da população em situação de rua ser tratada como invisível, paradoxalmente, constantemente marca a sua presença nos diversos espaços da cidade, embora, a sua imagem seja de sujeitos perigosos, preguiçosos, malandros e sujos. Esse segmento é tratado com violência, indiferença e repugnância, devendo ser encaminhados para abrigos/casas de passagem, ou seja, retirados dos espaços públicos da cidade, ou seja, longe dos olhos da sociedade.

A implantação da Política Municipal para População em Situação de Rua em Maracanaú constitui-se como estratégia para população em situação de rua sair da invisibilidade da cidade através da articulação das políticas públicas de saúde, educação, previdência social, de assistência social, trabalho e renda, habitação, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional, ou seja, no intuito de oferecer atendimento integral de modo a formar uma rede que assegure os direitos sociais a este segmento.

Como mencionado anteriormente, o Centro POP em Maracanaú foi implantado em 2012, a partir de um levantamento realizado pela equipe de abordagem social do Centro de Referência Especializado de Assistência

---

<sup>3</sup>A Política Nacional para População em Situação de Rua foi instituída através do decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que propõe a integração das políticas públicas de saúde, educação, previdência social, assistência social, trabalho e renda, habitação, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional, no atendimento integral a população em situação de rua. Ver mais informações nas *Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado em Situação de Rua*.

Social/CREAS, com o intuito de mapear as áreas e obter um quantitativo aproximado de indivíduos que têm a rua como espaço de moradia e/ou de sobrevivência.

O Centro POP é a unidade pública e estatal de referência e atendimento especializado à população adulta em situação de rua, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), visando a ofertar o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e o Serviço Especializado em Abordagem Social. Nessa direção, o Centro POP-Maracanaú tem o propósito de garantir os objetivos explicitados na PNPSR em âmbito municipal, através do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e o Serviço de Abordagem Social, possibilitando que a população em situação de rua saia da invisibilidade e seja reconhecido(a) como cidadão e/ou cidadã com direito à cidade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho com o título *“Perambulando Pelas Ruas: uma reflexão sobre a (in)visibilidade da população em situação de rua em Maracanaú”* abordou a discussão do fenômeno da população em situação de rua e sua relação com a cidade de Maracanaú, tendo como parâmetro a sua invisibilidade diante do acesso aos bens produtivos e a garantia das necessidades básicas de saúde, educação, assistência social, habitação, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional que constituem condição para o reconhecimento como sujeitos de direitos na cidade.

Ademais, essas políticas públicas geralmente possuem “exigências formais” que se constituem como limites e desafios na garantia da proteção social a população em situação de rua. Tais “exigências formais” se expressam em critérios e apresentação de documentos que a população em situação não possui dada a sua trajetória histórica.

Diante disso, aponta-se a necessidade da interlocução das políticas públicas que poderão conduzir respostas mais efetivas, tendo em vista a complexidade das

múltiplas determinações do fenômeno da população de rua em Maracanaú, desde os fatores estruturais, como ausência de moradia e inexistência de trabalho e renda, perda de bens materiais, infortúnios pessoais, uso de álcool e outras drogas, transtornos mentais, analfabetismo, perda de vínculos familiares e comunitários.

Para tanto, requer-se um esforço coletivo, envolvendo o poder público, a sociedade civil, os órgãos de defesa de direitos e as instâncias de controle social com o intuito de garantir que as políticas públicas criem estratégias que possibilitem o acesso à população em situação de rua ao cotidiano da cidade.

A implantação da Política Municipal da População em Situação de Rua contribuirá nesse processo de garantia dos direitos sociais. É importante reconhecer os limites estruturais das políticas públicas, desse modo, aponta-se a necessidade do trabalho em rede que pressupõe uma atuação integrada, por meio de ofertas que, articuladas, poderão conduzir à respostas mais efetivas, tendo em vista a complexidade das diversas violações de direitos vivenciadas pela população em situação de rua.

Para finalizar, é imprescindível aprofundar o debate acerca da população em situação de rua de Maracanaú visando construir estratégias de políticas sociais voltadas para as múltiplas determinações deste segmento, bem como garantir a concretização dos direitos sociais, a visibilidade e o direito à cidade.

## **5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário.** Tradução por Iraci D. Poleti. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.  
<http://www.ibge.gov.br/home/>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. <http://www.mds.gov.br/CNAS>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.  
Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em  
Situação de Rua-Centro POP. Brasília-DF, 2011.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional Sobre a População Nacional em Situação de Rua.  
Brasília-DF, 2009.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil.**  
São Paulo: Cortez, 2009.